



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo

Violência contra as mulheres na universidade: uma discussão silenciada

Raissa Ribeiro Lima¹

Natália Priscila Silva Modesto²

Milena Fernandes Barroso³

Valmiene Florindo Farias Sousa⁴

Resumo: A violência contra as mulheres é uma realidade nas universidades brasileiras que, nos últimos anos, estimulado pelos estudos e pesquisas feitos por mulheres e envolvendo a temática da violência em diversos espaços, tem se revelado como um problema a ser enfrentado neste espaço. Nesse sentido, este artigo trata de uma aproximação às expressões da violência contra as mulheres no espaço universitário. Para o seu desenvolvimento foi utilizado material bibliográfico e documental que se concentrou em um levantamento sobre os casos e dados de violência contra as mulheres ocorridos no espaço acadêmico registrados e publicizados em pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil, a saber: Instituto Avon/Data Popular, ADUA, Intercept Brasil, dentre outros.

Palavras-chave: Violência contra mulheres; patriarcado-racista-capitalista; universidade.

Violence against women at the university: a silent discussion

Abstract: Violence against women is a reality in Brazilian universities that, in recent years, stimulated by studies and research carried out by women and involving the theme of violence in different spaces, has revealed itself as a problem to be faced in this space. In this sense, this article is an approximation to the expressions of violence against women in the university space. For its development, bibliographic and documentary material was used, which focused on a survey of cases and data of violence against women that occurred in the academic space, registered and publicized in research carried out on the subject in Brazil, namely: Instituto Avon / Data Popular, ADUA, Intercept Brasil, among others.

Keywords: Violence against women; patriarchy-racist-capitalist; university.

Introdução

¹ Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (2019). Pesquisadora pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). E-mail: raissaribeirilima15@gmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: nataliapriscilamodesto@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018), com estágio doutoral na Universidade do Québec, Canadá (2015). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: mibarroso@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2017). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: valmienefarias@gmail.com

A notícia “aluna é assediada/agredida/estuprada na universidade” se tornou frequente. “Segundo as diferentes denúncias, detalhes sórdidos variam de norte a sul: três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins; um aluno abusou de uma estudante de 17 anos durante aula no Centro Universitário São Lucas de Rondônia, em Porto Velho; um professor de química prometeu pontos extras por sexo a 15 alunas do colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão; um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em Salvador; um técnico agarrou à força 10 alunas no laboratório de fotografia da Universidade de Brasília; um aluno estuprou outra estudante durante a festa dos calouros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; um professor de história foi acusado de aterrorizar e assediar física e psicologicamente 10 alunas na Universidade do Estado de Santa Catarina”. Esse é um trecho da matéria intitulada “Abusos nos campus: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidade desde 2008”, divulgada pelo jornal independente The Intercept Brasil em 10 de dezembro de 2019.

A análise de situações como as citadas acima, é o tema desse artigo. Nesta direção, nos questionamos: a violência contra as mulheres é um problema recorrente nas instituições públicas de ensino superior? Quais as principais expressões desta violência no ambiente universitário? Como as universidades têm se posicionado diante desta problemática? O tema tem sido discutido? Isto posto, este artigo⁵ trata de uma aproximação às expressões da violência contra as mulheres no espaço universitário. Para o seu desenvolvimento foi utilizado material bibliográfico e documental que se concentrou em um levantamento sobre os casos e dados de violência contra as mulheres ocorridos no espaço acadêmico registrados e publicizados em pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil, a saber: Instituto Avon, Data Popular, ADUA, Intercept Brasil, dentre outros.

As discussões sobre violência contra as mulheres no Brasil fazem parte dos

⁵ Este trabalho é parte da pesquisa em andamento intitulada “Violência contra as mulheres na universidade: uma análise nas instituições de ensino superior do Amazonas”, financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

grandes temas da contemporaneidade. Areladas a esse debate, reacendem-se, nas esferas governamental, acadêmica e dos movimentos sociais, reflexões sobre os vários tipos dessa violência e os diversos contextos em que se manifesta e, ainda, sobre alternativas e o enfrentamento à tal problemática. Esse cenário de debates vem, nos últimos anos, sofrendo alterações significativas, sobretudo quando novos sujeitos entram na arena de discussões apontando as implicações da violência como resultado de relações sociais sustentadas pelas desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais. Apesar de avanços teóricos e políticos neste debate, algumas expressões e contextos desta violência ainda carecem de maior reflexão, como é o caso da violência contra as mulheres no espaço acadêmico.

Partimos do pressuposto de que a violência contra as mulheres no ambiente universitário não se trata de um fenômeno novo, no entanto, carece de debates e é menos denunciada se comparada às ocorridas em outros ambientes. A escassez de bibliografias sobre esse tema no Brasil é grande e, quando existem referem-se ao campo das relações de trabalho. E o silêncio no ambiente universitário ocorre principalmente pela tendência à culpabilização das vítimas. Para Freitas (2016), as vítimas são desencorajadas a denunciar, seja para preservar a imagem da instituição ou por medo de retaliações e ou repercussão negativa, ainda mais quando a violência é praticada por professores contra alunas. O tema, por sua vez, é polêmico e provoca inquietações, tanto pela complexidade das relações no espaço acadêmico, como pela falta de informações que levam as vítimas a silenciarem diante da situação por não saberem ao certo identificar a situação como violência ou como agir.

Para o Serviço Social, por sua vez, pesquisar a violência contra as mulheres no contexto acadêmico é considerar que a “questão social condensa o caleidoscópio de desigualdades e rebeldias que se forjam historicamente na sociedade capitalista, envolvendo contradições de classe e suas lutas que se espraiam nas múltiplas dimensões da vida” (IAMAMOTO apud CISNE, 2012, p. 11). A violência contra as mulheres reconhecida como expressão da questão social se apresenta como objeto de intervenção profissional do assistente social, sobre o qual este deverá formular um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção. Neste sentido, aprofundar os estudos sobre os problemas que afetam a vida das mulheres implica, ao serviço social, a

luta pela emancipação política e humana e, nesse sentido, contribuir com o processo de afirmação do serviço social e de seu projeto ético-político.

Assim sendo, a partir desses pressupostos, empreendemos uma síntese conceitual sobre a categoria violência contra as mulheres e, por fim, apresentamos alguns apontamentos sobre a violência contra as mulheres na universidade, levando-se em consideração as informações das pesquisas acessadas no âmbito deste estudo.

A violência contra as mulheres na sociedade classista, patriarcal e racista

A violência contra as mulheres não é mais um “segredo”. Não sem tensionamentos e constrangimentos, a questão tem sido reconhecida e seus efeitos e consequências foram/são denunciados pelos movimentos de mulheres e feministas (BARROSO, 2019). Na década de 1970 o fenômeno passou a ser discutido de forma mais ampla, tornando-se tema central desses movimentos em suas reivindicações nas décadas posteriores. Entretanto, apesar da mobilização social em torno da questão e da inegável luta das mulheres no processo das mudanças nas legislações, das novas práticas sociais de prevenção à violência e proteção às vítimas, a violência contra as mulheres “parece” não dar tréguas (BARROSO, 2019).

A violência é um fenômeno que tem afetado de forma geral toda a população manifestando-se em vários ambientes, mas quando abordamos a violência contra a mulher, é importante reconhecer que a violência, nesse sentido, não trata-se apenas de um infortúnio pessoal, mas tem origem na constituição desigual das relações entre homens e mulheres nas sociedades – a desigualdade patriarcal de gênero –, que tem implicações não apenas nos papéis sociais do masculino e feminino e nos comportamentos sexuais, mas também em uma relação de poder (PASINATO, 2018; SAFFIOTI, 2004).

Segundo Cisne (2017), é bastante comum associar a violência contra a mulher a esfera doméstica/familiar, pois é o âmbito onde mais fortemente se manifesta. A família aparece como locus privilegiado do patriarcado, mas não é o único. Saffioti (2004) analisa o patriarcado como um sistema de dominação-exploração que perpassa o âmbito familiar atingindo todas as esferas sociais e políticas da sociedade. No campo

dos estudos feministas, Almeida (2010, p. 24) afirma que o patriarcado está presente em diversas instituições sociais, “desde a família ao Estado, apresentando-se em todos os espaços da sociedade”. Sendo assim, a família é parte dessa estrutura patriarcal, mas não a única, pois o patriarcado se expande em toda a vida social, na produção e reprodução da vida, “estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 03). Neste sentido, podemos destacar o caráter abrangente e sistemático com que essa violência ocorre, vigorando, a despeito de suas particularidades, nos campos social, político, cultural e econômico da maioria das sociedades e culturas.

Partimos, portanto, do pressuposto de que as violências não resultam das relações individuais, mas, sobretudo, são constituídas pelas relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe que consubstanciam a sociedade patriarcal-racista-capitalista (BARROSO, 2019). As análises de Barroso (2019) e Saffioti (2004), indicam que as ordens de gênero, de raça/etnia e de classe social estão unificadas por uma estrutura de poder e devem ser analisadas de forma consubstanciada e não separadas. Barroso (2019) pondera que, de um lado, o patriarcado, penetrou em todas as esferas da vida social, não se restringindo apenas ao âmbito doméstico e de outro lado, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. Essas três relações por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema patriarcal-racista-capitalista (CISNE; SANTOS, 2018).

Nesta direção, Nogueira et al. (2016) defendem que a propagação da ideologia dominante é a base fundamental para a reprodução do sistema patriarcal-racista-capitalista que naturaliza e despercebe a opressão e exploração, fazendo com que a condição das mulheres pareça ser natural ou imutável. Para os autores, a exploração do trabalho se dá em detrimento de uma classe menos favorecida – a classe trabalhadora – onde os mais explorados/atingidos são as mulheres pobres e negras. A mulher negra, portanto, no contexto dessas relações patriarcais e racistas, encontra-se na pior escala social, “ocupando, por exemplo, os postos de trabalho mais precarizados

e mal remunerados, e expostas a maiores situações de violências” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 68).

As discussões revelam que a história patriarcal e escravista não se encerrou no período colonial. As marcas patriarcais e racistas se expressam também através da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, da divisão sexual e racial, das jornadas intensivas, extensivas e intermitentes de trabalho (ÁVILA, 2009) dentro e fora de casa, nos alarmantes índices de violência contra a mulher e contra a população LGBT (CISNE; SANTOS, 2018).

Segundo o IBGE (2015), as mulheres permanecem, ainda, com rendimento médio inferior ao dos homens, o equivalente a 76,5 %. Quando analisamos os dados segregados por raça/cor apontam que o rendimento médio das mulheres negras equivale a 35% do rendimento médio dos homens brancos, o que aponta para a desigualdade abissal quando consideramos a combinação de sexo e raça (IBGE, 2012). Esses são alguns dos indicadores da incorporação do patriarcado e do racismo na formação do capitalismo no Brasil que perduram até os dias de hoje.

A violência contra a mulher, no Brasil, atinge índices alarmantes. Segundo os registros de atendimento feitos à Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Brasil, 2015), de janeiro a outubro de 2015, do total de atendimentos, 63.090 foram relatos de violência, dos quais 58,55% foram cometidos contra mulheres negras, enquanto 40,48% foram cometidos contra mulheres brancas, 0,52% cometidos contra mulheres amarelas e 0,45 contra mulheres indígenas. A ausência de dados sobre a violência contra as mulheres indígenas segundo Barroso (2015) contribui para análises fragilizadas que reforçam ideologias de dominação, colaborando para a invisibilidade dos sujeitos. A autora destaca ainda que se trata de um tema que não possui visibilidade nos institutos de pesquisa, nas instituições da segurança pública, nem na ciência e que os registros na maioria das vezes são pontuais, acontecendo em eventos e encontros em que as mulheres indígenas realizam as denúncias. Neste prisma, percebemos que o patriarcado e o racismo se combinam desde a colonização fortalecendo as hierarquias de classe, raça e sexo.

Para ilustrar ainda mais o cenário da violência contra as mulheres brasileiras, os dados do Dossiê Violência Contra as Mulheres, do Instituto Patrícia

Galvão apresenta uma compilação de dados sobre o fenômeno da violência contra as mulheres (CISNE; SANTOS, 2018), onde há: 5 espancamentos a cada 2 minutos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010); 1 estupro a cada 11 minutos (ANUÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2015); 1 feminicídio a cada 90 minutos (IPEA, 2013); 179 relatos de agressão por dia (BALANÇO LIGUE 180, 2015); e 13 feminicídios por dia em 2013 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015). Ainda segundo a Agência Patrícia Galvão, 3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, de acordo com a pesquisa realizadas pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular (nov./2014). O dado sobre estupro revela que esta prática não foi superada com o fim da escravidão, evidenciando a estrutura patriarcal e racista de controle sobre os corpos das mulheres ainda persistentes (CISNE; SANTOS, 2018).

A partir dos dados e discussões podemos apreender que a dimensão étnico-racial imprime uma maior “vulnerabilidade” das mulheres negras e indígenas às diversas expressões da violência. Revelam as raízes de uma sociedade historicamente assentada no patriarcado e no racismo, na qual o capitalismo brasileiro se desenvolveu impactando diretamente nas condições de vida e de trabalho das mulheres.

Os dados são alarmantes e levam a necessidade de pensar não apenas alternativas de enfrentamento à violência contra as mulheres, mas entender as bases patriarcais-racistas-capitalistas que sustentam a permanência da violência contra as mulheres. É isso que buscamos aqui ao analisar os dados de pesquisas sobre violência contra as mulheres no contexto das universidades, tirar o véu, e nos propor a galgar os fundamentos dessa questão.

Violência contra as mulheres na universidade: mito ou realidade?

A universidade é habitualmente um local de formação de ideias e opiniões, e desta maneira, é comum haver atritos entre os indivíduos. Como corrobora Chauí (2003, p.1) “é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo”. Contudo, não seria isso justificativa para comportamentos de natureza ofensiva, ou voltados a ridicularizar ou humilhar alguém, muito menos

violentar pessoas do convívio social na universidade. No entanto, as denúncias de mulheres apontam que as universidades não apenas registram casos de violência, como contribuem para a sua reprodução.

O Instituto Avon em parceria com o Instituto Data Popular realizou uma pesquisa no ano de 2015 com o objetivo de abordar a violência contra as mulheres no ambiente universitário. A pesquisa foi realizada ao longo de setembro e outubro de 2015, com universitários dos cursos de graduação e pós-graduação. Ela contou com uma fase quantitativa, realizada online, e uma qualitativa, com grupos de discussão envolvendo universitários de ambos os sexos e entrevistas em profundidade com especialistas. Em ambas as fases foram coletados depoimentos dos estudantes. A pesquisa revela que inicialmente apenas 10% das estudantes relataram espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas, mas quando foram estimuladas com uma lista de tipificações de violências elas reconheceram que foram submetidas a muitas delas e o número sobe para 67% (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015). Esse dado é revelador da naturalização da violência contra as mulheres. Sobre isso Barroso (2017, p. 94) salienta que as “práticas e discursos de naturalização da violência contra as mulheres e de culpabilização de suas vítimas são reforçados. O comportamento das vítimas apresenta-se no ideário patriarcal como uma justificativa para sua ocorrência e permanência”.

A pesquisa aponta que entre as alunas, 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. “*Muitos falam do meu corpo, eu não gosto, elogiam de um jeito agressivo, sinto medo e já entrei em depressão por isso. Tenho medo que aconteça algo comigo*”. Este é um relato de uma estudante que participou da pesquisa que revela insegurança e medo do ambiente universitário.

Em relação a violência sexual, 56% das estudantes afirmam terem sofrido assédio sexual e 11% sofreram tentativas de abuso sob o efeito do álcool. “*Uma menina foi estuprada na festa, dormindo. Em outra festa, soube que deram droga pra outra sem ela saber, e também foi estuprada*”, “*Tentaram me agarrar, me beijar à força, como se fosse brincadeira. Todo mundo achou graça. Menos eu*”. Estes são relatos reveladores de estudantes sobre a violência sexual sofridas por mulheres na

universidade. Para Davis (2017), a violência sexual decorre diretamente da política oficial e das estruturas de poder existentes em determinada sociabilidade, mas destaca que não se trata de uma relação direta e simples. Nos termos da autora,

O estupro tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Essa relação não é simples, mecânica, mas envolve construções complexas que refletem a interligação da opressão e raça, gênero e classe característica da sociedade. Se nós não compreendermos a natureza da violência sexual como sendo mediada pela violência e poder raciais, classistas e governamentais, não poderemos ter esperança de desenvolver estratégias que nos permitam um dia purgar nossa sociedade da violência opressiva misógina (DAVIS, 2017, p.49).

Sobre a violência física, 10% das alunas afirmam ter sofrido esse tipo de violência. *“Os veteranos me pediram para beijar um deles, que seu eu não beijasse iam tirar meu sutiã. Não quis e eles começaram a me bater. Minha amiga não quis beber, jogaram pinga nos olhos dela”*. Sobre a violência moral/psicológica, 24% das alunas relataram que já foram colocadas em rankings sem autorização e 14% tiveram fotos ou vídeos repassados sem autorização. Podemos aferir que além das expressões mais tradicionais da violência, o espaço acadêmico também é palco de manifestações mais recentes da violência, como é o caso da violência na internet (*reveng porn*). Tem sido comum o relato de estudantes assediadas por professores nas redes sociais, como pode ser ilustrado no caso que envolveu quatro estudantes de uma mesma turma na Universidade Federal do Amazonas em setembro de 2018. Nos relatos das estudantes o assédio só ficou mais evidente quando o professor pediu para criarem um grupo no WhatsApp da turma e o mesmo passou a ter os contatos telefônicos das discentes, daí as “conversas inadequadas foram surgindo por parte do professor no WhatsApp e na sala de aula, os comentários e exemplos somente foram escalando para assédio cada vez mais notáveis”. O relato indica que algumas violências, como é o caso do assédio, são mais difíceis de apreensão pela sua naturalização, ou seja, se confundem com o próprio modo modus operandi das relações sociais (BARROSO, 2018).

A pesquisa aponta ainda que 67% das mulheres que sofreram algum tipo de violência na universidade admitiram não ter reagido porque se sentiram intimidadas. Sobre isso Queiroz e Felipe (2018), afirmam que os possíveis motivos para as vítimas não realizarem as denúncias são, temor de perder o emprego (quando ocorrido em

ambiente de trabalho), medo de sofrerem retaliações por parte do acusado, de serem rebaixadas, não querem se expor ao ridículo frente aos colegas, familiares e amigos (as), dificuldade de falar, e por acreditar que não há recursos para tratar de maneira eficaz o problema.

Os dados apresentam um quadro da gravidade da violência contra as mulheres na universidade. O ambiente universitário, que deveria ser de interação e educação, também é espaço de insegurança e medo para a mulher. Comportamentos machistas, racistas e homofóbicos são fatores que condicionam essa situação e se expressam em violências diversas, sendo as mulheres as mais expostas. A violência que vai desde a desqualificação intelectual ao estupro, pode vir de colegas, professores, técnicos, parceiros do cotidiano e até de pessoas externas.

Para ilustrar ainda mais o cenário da violência contra as mulheres na universidade, em um levantamento feito pela Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA) junto a ouvidoria da universidade, os registros de denúncias de assédio moral na Ufam saltaram de sete em 2014 para trinta e seis em 2018. No mesmo período, as denúncias de assédio sexual cresceram de dois para dez casos (LIMA, 2019).

Em dezembro de 2019, o jornal independente The Intercept Brasil divulgou uma matéria sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) onde pelo menos 30 estudantes acusaram professores da instituição de assédio sexual desde 2013. Os casos foram relatados à direção do Ifam, uma das principais instituições de ensino médio e ensino profissionalizante do estado, e envolvem 18 professores. Algumas denúncias também foram levadas ao conselho tutelar, à polícia e ao Ministério Público estadual e federal. Ao todo, as acusações abrangem nove dos dezesseis campi do instituto, espalhadas por oito municípios. Segundo a matéria, apesar dos casos de assédio serem frequentes, as punições aos professores são raras. Das dezoito denúncias apuradas, apenas seis resultaram em demissão e duas nem sequer foram oficialmente investigadas pelo Ifam. Entre os professores demitidos, apenas um respondeu a processo criminal e acabou condenado ao pagamento de quatro-salários mínimos e a 485 horas de trabalho comunitário (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

Outro caso emblemático ocorreu na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA) em 2018. Impulsionados pelo clima político e pela vitória de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições presidenciais, um grupo de alunos ingressou nas dependências da instituição armados e vestidos com roupa militar e camisetas com o nome Trump escrito nelas, fotografaram salas de aula, fizeram uma espécie de performance, anunciando a chegada da “nova era” e fazendo ameaças do tipo: “as petistas safadas vão ter de tomar cuidado” (VASQUEZ, 2018).

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) Campus Ondina um aluno do curso de Medicina Veterinária, foi acusado por alunos da universidade de ter ameaçado estuprar e matar outros estudantes. Em notícia divulgada pelo site Varela Notícias (2018), o estudante, que se declarou eleitor de Bolsonaro, teria falado em um áudio de WhatsApp que vai ‘comer’ “todas as petistas, Haddad, PSOL” e vai “cortar no meio, e o vermelho vai ser do sangue das partes íntimas das estudantes”. Casos como esses têm ocorrido em diversas universidades públicas no Brasil, assédio contra alunas/os, contra professores/as. Entre os assédios, destacam-se as ameaças de estupro, intimidação, ameaças através de cartazes e pichações, e casos de alunos assediando moralmente professores, filmando as aulas no intuito de expor as/os docentes como “doutrinadores”. Tratam-se de um retrato misógino e violento, da onda conservadora que tem se explicitado nos últimos anos, legitimado no discurso de ódio do atual governo.

Esses dados são importantes, porém, não revelam a dimensão real do problema, posto que, grande parte dos casos não são registrados. Em verdade, trata-se de uma violência ocultada no espaço universitário. Segundo Freitas (2016), o silêncio em torno da violência contra as mulheres no espaço universitário ocorre principalmente pela tendência à culpabilização das vítimas. Para a autora, as vítimas são desencorajadas a denunciar, seja para preservar a imagem da instituição ou por medo de retaliações e/ou repercussão negativa, ainda mais quando a violência é praticada contra acadêmicas por professores (FREITAS, 2016).

Por serem reconhecidas como espaços de produção de conhecimento, de formação profissional e promoção do progresso econômico, político, cultural e social do país, a imagem e vocação das universidades não combinam com a reprodução da

discriminação e desigualdade de gênero e por isso muitos casos de violência foram mantidos na invisibilidade por tanto tempo.

A condição de classe (LEMOS, 2019), étnico-racial e de gênero aumenta e agudiza a exposição de mulheres negras e indígenas às situações de violência. Queiroz e Felipe (2018), ressaltam que muitas vezes, às mulheres negras, são associadas imagens negativas quanto à capacidade intelectual, à aparência física ou ao comportamento. Patrões e chefes usam o temor da mulher em perder seu meio de subsistência para coagi-la a cumprir jornadas de trabalho extenuantes, a tolerar ofensas, constrangimentos e humilhação, além dos abusos relativos ao corpo, no ambiente de formação não é diferente, tendo em vista que a questão hierárquica facilita tais situações.

Considerações finais

A violência faz parte do cotidiano das mulheres em todo o mundo, sendo uma perversa marca das expressões patriarcais-racistas-capitalistas, que de forma imbricada, causam danos concretos na vida das mulheres, de forma particular às negras e indígenas. Os dados e discussões sobre o tema, revelam uma sociedade enraizada historicamente no patriarcado e no racismo, onde o capitalismo se desenvolveu, impactando diretamente nas condições de vida, de trabalho e liberdade das mulheres no país.

Longe de se constituir como mito, invenção ou vingança de mulheres para prejudicar colegas, professores e chefes, a violência contra as mulheres é uma realidade nas universidades brasileiras que, nos últimos anos, estimulado pelos estudos e pesquisas feitos por mulheres e envolvendo a temática da violência em diversos espaços, tem se revelado como um problema a ser enfrentado neste espaço, e se apresentando como um novo desafio para a formulação de respostas institucionais, visto que muitos casos ocorridos no ambiente acadêmico não são denunciados, ou quando são, é porque alcançou um estágio insuportável para a vítima.

É fato que as principais denúncias ocorrem de maneira informal e não chegam a ser oficializadas dentro ou fora das universidades, mas, as pesquisas citadas nesse

estudo indicam a abrangência e a gravidade da violência nesse contexto que se expressa das mais diferentes formas - do assédio moral ao estupro -, nas diversas relações e instâncias, afinal, além da relação acadêmica (professor/a - aluno/a), a universidade é também de outras relações hierárquicas, como as relações de trabalho. Neste sentido, cabe destacar a importância de estudos sobre o tema e de iniciativas que visem desnaturalizar práticas, normas, e estruturas que compõem o modo de ser das universidades e das relações acadêmicas e acabam por favorecer a produção e reprodução das violências no geral e, particularmente, da violência contra as mulheres.

Referências

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas/ Janaiky Pereira de Almeida. Recife: O Autor, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo de trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BARROSO, Milena Fernandes. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social – 2018.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. Vitória: **Argum**, v. 9, p. 89-102, 2017.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam. Rio de Janeiro: **Revista Em Pauta**, n. 43, v. 17, p. 140 – 154, 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Violência contra a mulher e a lei maria da penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do estado brasileiro. **Serviço Social Revista**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 77-96, jul./dez. 2017.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social**. Seminário: Universidade: Por que e como reformar. 2003

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREITAS, A. **Como as maiores universidades do mundo combatem o assédio sexual no campus**. Jornal Nexo, 2016 Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/07/28/Como-as-maiores-universidades-do-mundo-combatem-o-ass%C3%A9dio-sexual-no-campus>. Acesso em: março de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório econômico**. Brasília: IBGE, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, Márcia. Mulheres na luta contra o assédio. **ASCOM**, 2019.

LIMA, Caroline. **Assédio sexual e moral nas universidades: um debate necessário**. Disponível em: <http://www.adua.org.br/artigos.php?cod=254>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas. **XVI Encontro Regional de História do Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**, 2014.

NOGUEIRA, L; NASCIMENTO, M.S.; QUEIROS, T.D. A relação de dominação/exploração no capitalismo patriarcal: apropriação da vida das mulheres. **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. 2016, Belo Horizonte: Anais do 4º Encontro Internacional Mineiro de Assistentes Sociais, 2016.

PASINATO, Wânia. **Violência de gênero na Universidade – o desafio da USP**. São Paulo, 2017. Disponível em <https://jornal.usp.br/artigos/violencia-de-genero-na-universidade-o-desafio-da-usp/>. Acesso em: 15 set. 2019.

PESQUISA INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf Acesso em: 15 de abril de 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Síntese de indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; FELIPE, Joana D'arc Lacerda Alves. Relações patriarcais de gênero e assédio moral contra mulheres no mundo do trabalho. In: QUEIROZ, Fernanda; CISNE, Mirla; GURGEL, Telma (Org.). **Feminismo e serviço social**: debates contemporâneos. Mossoró-RN: EDUERN, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VARELA NOTÍCIAS. **Em áudio, aluno de Veterinária da UFBA ameaça estuprar e matar “todas as petistas”**. Disponível em: <https://varelanoticias.com.br/em-audio-aluno-de-veterinaria-da-ufba-ameaca-estuprar-e-matar-todas-as-petistas/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

THE INTERCEPT BRASIL. **Abusos nos campus**: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidade desde 2008, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. **Ao menos 30 alunas acusam professores do Instituto Federal do Amazonas de assédio sexual**, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/05/alunas-acusam-professores-ifam-assedio/>. Acesso em: 20 fev. 2020

VASQUES, Lucas. Estudantes da FEA-USP entram armados na faculdade e anunciam a chegada da “nova era”. São Paulo: **Revista Fórum**, 2018.